



ACÓRDÃO Nº621/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11607/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo de Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Francisco Arnobio Bezerra Mota (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 713/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Fundo de Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Multa. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. A UNANIMIDADE:

- 10.1.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo de Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas, exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Francisco Arnóbio Bezerra Mota**, Secretário Executivo de Assuntos Administrativos, à época, conforme dispõe o Art. 22, II da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE.
- 10.1.2. **Recomendar** ao Fundo de Financiamento da Modernização Fazendária do Estado do Amazonas, que seja observado e cumprido o prazo de recolhimento dos encargos sociais retidos da remuneração dos servidores, até o dia 20 do mês seguinte a que se referem às remunerações, conforme determina a alínea “b”, do art. 216, do Decreto nº3048/99-INSS, evitando eventuais prejuízos para a Administração Pública com pagamento de multa e



ACÓRDÃO Nº621/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

juros de mora.

10.2. POR MAIORIA, com voto de desempate:

10.2.1. **Aplicar Multa** ao Sr. **Francisco Arnobio Bezerra Mota** no valor de **R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)**, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei Orgânica n. 2.423/1996, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, em razão das impropriedades apontadas nos itens **12.1** e **12.3** do relatório/voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

10.2.2. **Notificar** o Francisco Arnobio Bezerra Mota, com cópia do Acórdão, relatório/voto, para ciência do feito e interposição de recurso apropriado, caso queira;

Vencidos: a Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, com voto-destaque pela inaplicabilidade da multa proposta pelo Relator, e os Conselheiros Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Josué Cláudio de Souza Filho, que a acompanharam. Votaram com o Relator os Conselheiros Julio Cabral e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado). Verificado o empate, a Presidência proferiu voto em favor do Relator.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral